



**Associação Alagoana de Magistrados – ALMAGIS**  
**Assessoria de Comunicação – Clipping Diário**

**Clipping-Diário**

Veículo  
O Jornal

Data  
Sábado, 20 de fevereiro de 2010

# Contexto

politica@ojornal-al.com.br

## DPVAT

*Os juízes da Corregedoria do Tribunal de Justiça se surpreendem cada vez mais com “os esqueletos” que estão sendo desenterrados em Arapiraca em relação ao escândalo do DPVAT. A ação que contou com a participação conjunta da Polícia Civil, da 17ª Vara Criminal e do Gecoc terminou com uma suposta quadrilha comandada por advogados que atuavam no município. O trabalho teve que ser ampliado por mais 30 dias devido ao imenso número de processos que foram descobertos pelos magistrados Diógenes Tenório, Paulo Zacarias e Jerônimo Roberto dos Santos.*

Página A3



**Associação Alagoana de Magistrados – ALMAGIS**  
**Assessoria de Comunicação – Clipping Diário**

**Clipping-Diário**

Veículo  
O Jornal

Data  
Sábado, 20 de fevereiro de 2010

**DERRUBADA**

# TJ suspende liminares em concurso para juiz

A presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ/AL), desembargadora Elisabeth Carvalho Nascimento, suspendeu liminares da 17ª Vara Cível de Maceió (Fazenda Estadual) que determinavam a permanência de dois candidatos no concurso público para provimento de cargos de Juiz Substituto do Estado de Alagoas.

As decisões suspensas permitiam que os candidatos prosseguissem no certame até que todos os recursos administrativos cabíveis fossem esgotados. No entanto, a presidente da Corte estadual, ao apreciar dois pedidos de suspensão de liminar movidos pelo Estado, considerou as decisões de primeira instância lesivas à ordem pública, caracterizada na ordem e andamen-

to do concurso.

“Não há dúvidas de que a decisão vergastada, determinando a permanência do autor no concurso público e condicionando o andamento do certame ao exaurimento da via administrativa irá postergar ainda mais o resultado final, causando sérios prejuízos ao Poder Público”, fundamentou a presidente nas decisões.

Com isso, foram acolhidos os argumentos do Estado de Alagoas, que sustentou que a suspensão temporária do concurso tem criado instabilidade no certame, ocasionando lesão à ordem jurídica, econômica e administrativa por abrir precedentes a vários candidatos na mesma situação.

Ainda segundo a desembargadora Elisabeth Carvalho,

as liminares são passíveis de causar prejuízos ao Poder Público. “A próxima fase do concurso corresponde ao Curso de Formação de Magistrados, onde os participantes recebem remuneração referente a 50% dos vencimentos. Caso o autor participe dessa etapa, provavelmente irá tornar a reversibilidade do provimento extremamente difícil”, acrescentou.

Em um dos casos, a presidente do TJ/AL assinalou que, de acordo com informações contidas nos editais, a nota obtida pelo candidato após o recurso administrativo foi acrescida; no entanto, o aumento não teria sido suficiente para concorrer à fase seguinte.

As decisões foram publicadas no Diário Eletrônico desta sexta-feira (19).

Página A3



**Associação Alagoana de Magistrados – ALMAGIS**  
**Assessoria de Comunicação – Clipping Diário**

**Clipping-Diário**

Veículo  
O Jornal

Data  
Sábado, 20 de fevereiro de 2010



*Elisabeth Nascimento avaliou que decisões de primeiro grau eram ruins para o Estado e a ordem*

Página A3



Associação Alagoana de Magistrados – ALMAGIS  
Assessoria de Comunicação – Clipping Diário

Clipping-Diário

Veículo  
O Jornal

Data  
Sábado, 20 de fevereiro de 2010

## CASO ARAÚJO

# Mais quatro envolvidos serão julgados 3ª feira

**Láyra Santa Rosa**  
Repórter

Sete meses após a condenação de quatro acusados de participação na morte do empresário José Maria dos Santos, os outros quatro envolvidos no crime serão julgados na próxima terça-feira (23), às 12h, na sede provisória do Fórum do Barro Duro. O comerciante José Alexandre Pereira Clemente da Silva será submetido a júri por estelionato, enquanto que o policial militar Jairo Sebastião Dantas, o ex-policial militar Edílson José Correia do Nascimento e José Carlos de Almeida Santos, que está foragido, por crime de homicídio triplamente qualificado.

A morte do empresário em março de 2006 chocou a população pela crueldade. José Maria foi dopado, asfixiado com um fio de telefone e teve o corpo jogado em um matagal nas proximidades da cidade de Rio Largo. Sua morte foi tramada por sua companheira, Maria José da

Silva, a Nena – que já foi condenada a 31 anos de prisão –, e por José Alexandre que será julgado na próxima semana.

Segundo a versão do Ministério Público, a morte do empresário foi motivada por dinheiro. A vítima possuía casa própria, carro e semanalmente estava com a quantia entre R\$ 20 mil e R\$ 30 mil para pagamentos de seus funcionários. Nena, que sabia de toda essa movimentação financeira, teria proposto ao amante José Carlos que eles cometessem o crime. Ela ficaria responsável por dopá-lo, enquanto seu amante arrumaria os comparsas.

No dia combinado, Nena colocou sonífero na bebida do marido e deixou a porta entreaberta para que o crime fosse cometido. Marcelo Góes e Luiz de Aquino entraram na casa, mataram o empresário que dormia no sofá, enquanto, José Carlos, e Edílson Correia esperavam fora da residência. Juntos eles colocaram o corpo no porta-malas do carro da

vítima e seguiram até um canalial em Rio Largo, onde encontraram com Jairo Sebastião, que deu cobertura ao assassinato.

Ainda no dia da morte, os assassinos não encontraram o dinheiro prometido por Nena. Como troca, eles levaram o carro e vários cheques do Banco do Brasil da vítima. Em busca de dinheiro, eles começaram a trocar o material do roubo, que levou a polícia a prisão do grupo. Um dos receptores foi José Alexandre Pereira, que teria ficado com alguns cheques e pertencês das vítimas. Ele está respondendo pelo crime de estelionato. Marciel Góes também acabou preso e já foi condenado por receptação de veículo roubado.

Os outros oito envolvidos no crime são acusados de homicídio triplamente qualificado. A acusação dos réus será feita pelo representante do Ministério Público, Magno Alexandre Moura, e o júri vai ser presidido pelo juiz Mauricio César Breda, da 7ª Vara Criminal da Capital.

Página A10